



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6340

Presidente da Mesa Diretora: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Denominação de vias públicas, centros comunitários e de convívio, alas oftalmológicas, salas, etc

Autoria: Ademar de Barros Bicalho e Athos Mameluque Mota

Data: 04/09/2007

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 257/2007. Denomina oficialmente o “Conjunto Habitacional Novo Horizonte”, conhecido popularmente como Conjunto Habitacional Village do Lago III. (Referente à Lei nº 3.803, de 20/09/2007).

Controle Interno – Caixa: 8.8

Posição: 12

Número de folhas: 06

Espécie: PL
Categoria: Denomina
Cl: 8.8
Ordem: 12
nº fls: 13



115/2007

13.09.2007

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 257 /2007

AUTOR:

Ver. Ademar de Barros Bicalho e Athos Mameluque Mota

ASSUNTO:

Denomina Conjunto Habitacional Novo Horizonte.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 04/09/2007
- 2 - Comissão Legislação e Justiça e Vias e Logradouros Públicos
- 3 - APROVAÇÃO EM ÚNICA EM. 13.09.2007
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

VEREADOR ATHOS MAMELUQUE
VEREADOR ADEMAR DE BARROS BICALHO

PROJETO DE LEI Nº 257/2007.
Denomina Conjunto Novo Horizonte

O Povo do Município de Montes Claros MG por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Conjunto Habitacional Village do Lago III, passa a denominar-se, oficialmente Conjunto Novo Horizonte.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 21 de agosto de 2007.


Vereador Athos Mameluque


Vereador Ademar Bicalho

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 04 DE SETEMBRO DE 2007
PRESIDENTE

É LEGAL e CONSTITUCIONAL
13/09/07
Idem naia

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE VIAS E LOGRA
DOROS PÚBLICOS
EM 04 DE SETEMBRO DE 2007
PRESIDENTE

Somos pela aprovação
13/09/07
Idem naia

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
ÚNICA
EM 13 DE SETEMBRO DE 2007
PRESIDENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
Secretaria de Planejamento e Coordenação Estratégica



MONTES CLAROS, 21 DE AGOSTO DE 2007.

OF.: GS/602/07

Ao
Sr. Ademar Bicalho
Vereador da Câmara de Montes Claros
Nesta.

Prezado Senhor,

Em resposta ao ofício nº0034/2007 do dia 17/08/07, vimos informar a Vossa Senhoria que o Conjunto Habitacional Village do Lago III, aprovado em 09/03/2006, não possui denominação oficial.

Ressaltamos, ainda, que existe logradouro público com a denominação popular "Rua Novo Horizonte", localizada no bairro Nova Morada, nesta cidade, até a presente data.

Atenciosamente,

Antônio Dimas Cardoso
Secretário de Planejamento e Coordenação Estratégica

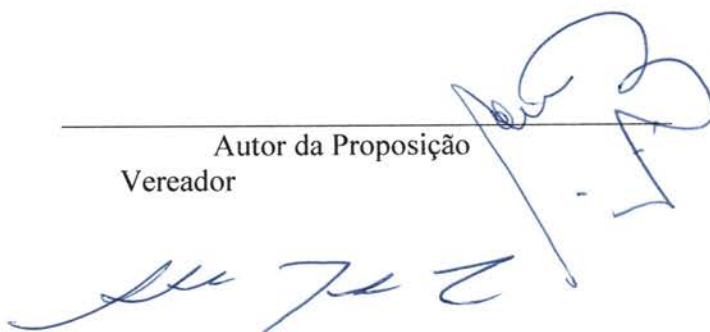
TERMO DE RESPONSABILIDADE

- Via ou Logradouro público com moradores -

Declaro, nos termos do art. 159, § 4º, alíneas b, c, inc.I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros, que assumo a responsabilidade pelas informações referentes ao Projeto de Lei Nº..... que **Denomina Rua/Avenida** Conjunto habitacional Novo Horizonte
Bairro _____, de minha autoria. Declaro ainda, que as informações são autênticas e atendem aos requisitos exigidos.

Montes Claros, 2 de setembro de 2007.

Autor da Proposição
Vereador





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 257/2007 QUE “Denomina Conjunto Habitacional Novo Horizonte”, de autoria dos Vereadores Ademar de Barros Bicalho e Athos Mameluque Mota.


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto, bem como à sua legalidade, sendo que a documentação prevista no artigo 159 e parágrafos, atinentes ao caso, do Regimento Interno foi juntada.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto de lei é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 06 de setembro de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605